



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo  
Brasil

Targina Rodrigues Ferraz, Ana; Bernardes, Franciani  
Trabalho e Previdência Social na América Latina  
Argumentum, vol. 9, núm. 3, septiembre-diciembre, 2017, pp. 4-7  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Vitória, Brasil

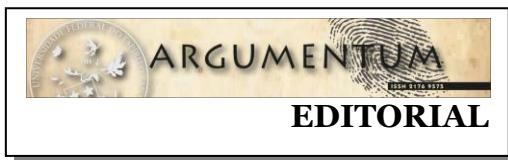
Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475555261001>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



## Trabalho e Previdência Social na América Latina

O último número da revista Argumentum em 2017 com o tema *Trabalho e Previdência Social na América Latina* foi pensado como espaço para reflexão acerca das mais recentes “reformas” neoliberais na América Latina e que atingem, sobretudo, os trabalhadores e os sistemas previdenciários construídos no continente. Acreditávamos que a rapidez e a profundidade das mudanças em curso requeriam esforços concentrados dos estudiosos da temática para uma compreensão abrangente e crítica deste processo. Entretanto, percebemos que a velocidade e intensidade do ataque aos direitos dos trabalhadores, em particular no Brasil, dificultam o acompanhamento do quadro em todos os seus aspectos. Dos artigos encaminhados poucos abordavam a questão do trabalho e da previdência nos países latino-americanos e o faziam de forma pouco rigorosa. Muitos dos artigos versavam sobre as relações entre assistência social e trabalho, demonstrando a relevância das imbricações entre a política de assistência e as relações de trabalho na realidade brasileira e como objeto de pesquisa e reflexão.

Neste sentido, os leitores deste número notarão que publicamos um número menor de artigos temáticos e que a reflexão sobre o trabalho foi associada às políticas de previdência e assistência social em todos os artigos, demonstrando uma certa concentração dos esforços de pesquisa na nossa área para o fenômeno da hipertrofia da política de assistência social no contexto de redução geral das intervenções do Estado no processo de reprodução da força de trabalho. Este é um importante indicador tanto da importância desta política como a principal resposta construída pelos Estados capitalistas contemporâneos ao aumento da superpopulação relativa e a precarização do trabalho quanto como espaço ocupacional das (os) assistentes sociais.

Como resposta construída pela burguesia às consequências da intensificação da superexploração da força de trabalho na América Latina (aumento da pobreza, do trabalho informal e dos conflitos por moradia e terra nas cidades e no campo), a assistência social e as demais políticas que compõe a seguridade social, apresenta-se como resposta precária, de baixo ou nenhum impacto sobre os determinantes estruturais da pobreza, pois não altera as relações de propriedade, não redistribui renda e não desmercantiliza serviços (BOSCHETTI, 2016). Tendo as transferências condicionadas de renda (monetárias) como principais programas assistenciais, sua mais importante função tem sido conter o completo esgarçamento do tecido social.

No Brasil a associação desta política às reformas trabalhista e previdenciária completa o circuito de mudanças profundas na relação entre capital e trabalho de modo que a subsunção do trabalho ao capital seja completa por também introduzir mecanismos que dificultam enormemente a construção de resistências individuais e coletivas a essa intensificação das relações de superexploração (os custos dos processos trabalhistas agora devem ser arcados pelo trabalhador em caso de perda da causa, pesadas multas tem sido



aplicadas aos sindicatos que ameaçam paralisações, demissões em massa para contratação de novos trabalhadores dentro dos marcos da nova legislação).

No contexto das trocas comerciais internacionais, Brasil e América Latina se perpetuam como fornecedores de matérias primas ou produtos industrializados de baixo produtividade e como compradores de produtos industrializados de alta produtividade, transferindo para as economias centrais parcela importante da mais valia produzida na região. Esta reflexão é relevante para entendermos como uma maior degradação das condições de exploração da força de trabalho na região, introduzida pelas reformas trabalhista e previdenciária, configura-se como condição para elevar a taxa de acumulação nas nossas economias como mecanismo de compensação nas relações de troca com as economias capitalistas centrais (CARCANHOLO, 2013).

Aspectos desse processo se explicitam no desenvolvimento das políticas de assistência social e previdência no Brasil e os artigos deste número ressaltam as diferentes dimensões das relações entre trabalho e as referidas políticas.

*O Brasil é chamado à ordem* de autoria de Rosa Maria Marques e Camila Kimie Ugino inaugura este número incitando um debate crucial sobre a reforma trabalhista aprovada pelo governo Temer e sua proposta de reforma previdenciária. As autoras analisaram as principais expressões dessas mudanças e alertam que ao flexibilizar o mercado de trabalho o país está se sujeitando aos ditames do capital em um ritmo cada vez mais vertiginoso.

Frente ao cenário de desproteção social marcado pela crise no mundo do trabalho, como garantir direitos aos trabalhadores e trabalhadoras que adoecem e tornam-se inaptos para o exercício de suas funções? No manuscrito que abre a seção de artigos temáticos *Trabalho e previdência social: as lacunas de proteção social na seguridade social*, as autoras Dolores Sanches Wünsch, Jussara Maria Rosa Mendes e Juliana Martins investigam oito agências do INSS de duas Gerências de Previdência Social no Rio Grande do Sul, entre os anos de 2014 e 2015 e analisam 4 mil auxílios-doença por incapacidade. Relatam que desse total, apenas 1,5% buscaram o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Denunciam, entre outras negligências, o quanto as políticas de Previdência e Assistência Social andam dissociadas, ainda que seja por meio do BPC.

No segundo texto da seção, intitulado *Expropriação financeira, crédito consignado e contrarreforma da previdência: elos da financeirização*, Rivânia Lúcia Moura de Assis analisa a expansão do crédito consignado para trabalhadores e trabalhadoras no Brasil buscando problematizar o desmonte dos direitos previdenciários em curso em um contexto que segue a corrente do ajuste fiscal determinado pelos organismos financeiros internacionais.

Em continuação, no texto *A (des) proteção da força de trabalho no município de Parauapebas (PA)*, Andrea Ferreira Lima da Silva e Adriana de Azevedo Mathis, examinam as políticas públicas de segurança e saúde do trabalhador e da trabalhadora em uma região que ocupa o segundo lugar no ranking dos municípios brasileiros com as maiores estatísticas de acidentes e adoecimentos do trabalho. Por meio de uma pesquisa de campo e da técnica da

entrevista, a pesquisa problematiza os determinantes que influenciam na inoperância das políticas, no sentido do não cumprimento da legislação e da violação de direitos.

Em *As dimensões do financiamento da Política de Assistência Social no Brasil*, Joseane Rotatori Couri e Evilasio Salvador investigam as fontes tributárias de financiamento das políticas de assistência social durante os treze anos de existência do SUAS (2003 a 2016). Os autores observaram que durante esse período houve um crescimento acelerado, muito acima da inflação, dos programas de transferência de renda. Uma tendência coerente e um tanto estratégica, provinda da política dos governos Lula e Dilma, que asseguraram o crescimento a partir do aumento do consumo.

A continuação, o trabalho *Auxílio-funeral na assistência social: atenção para quem?*, assinado por Gisele Aparecida Bovolenta, nos apresenta uma análise inédita e original sobre os ritos e procedimentos burocráticos que demarcam a atenção e o trato com o corpo morto, em uma perspectiva histórica. Aponta, ademais, para a responsabilidade da política de Assistência Social e problematiza suas limitações.

*A sustentabilidade com justiça ecológica e econômica na China*, apresentado por Lau Kin Chi, abre a seção de artigos de temas livres e expõe a contaminação ambiental no contexto dos interesses políticos e institucionais tramados naquele país. Logo no início do manuscrito a autora lança mão de uma canção de *rock and roll* intitulada “Meus tomates estão limpos”, da banda The Peasant Brothers (Os irmãos campesinos) para relatar as mazelas ecológicas e sociais, consequentes da crise ambiental chinesa. A faixa alcançou grande visibilidade por denunciar a disparidade vivida entre a população rural e urbana e por tratar da fragilidade sob a qual os campesinos estão submetidos, em uma luta de forças indiscutivelmente desigual.

No segundo texto desta seção, Cesar Bueno de Lima e Jucimeri Isolda Silveira, nos brindam com o artigo *Democracia deliberativa e justiça restaurativa em medidas sócioeducativas: os jovens como sujeitos de direitos*. Em sua pesquisa, nos apresentam uma análise a partir da pesquisa-ação, tendo como lócus a cidade de Curitiba. De Lima e Silveira chamam a atenção para os processos de reprodução da desigualdade, assim como para uma série de violações de direitos humanos dos jovens e de suas famílias. Um debate pouco explorado e que merece maior atenção.

A seguir, no artigo intitulado *Crítica à racionalidade sociopolítica atribuída às TICs na reestruturação capitalista contemporânea*, Antônio Israel Carlos da Silva, à luz da obra *A sociedade informática*, de Adam Schaff (1995), chama a atenção para uma concepção um tanto rasa e negligente acerca dos impactos das tecnologias da informação e da comunicação na vida social. O paradigma da supervvalorização tecnológica preconizado por um sem fim de autores tem ignorado uma série de contradições que se expressam no aumento da exploração da força de trabalho; na desigualdade de acesso à própria tecnologia; na predominância da lógica mercantil no modelo societário atual, entre outros.

E para fechar este número, apresentamos a resenha do livro de Marcelo Carcanholo, intitulado *Dependencia, Super-exploitation del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*,

assinada por Naara de Lima Campos. O objeto central da obra trata da singularidade das economias que se inserem de forma subordinada no mercado mundial. A partir de uma abordagem minuciosa, Carcanholo faz um resgate da teoria do valor de Marx, em um esforço para assinalar as características das leis tendenciais do capitalismo contemporâneo.

Expressamos mais uma vez a nossa gratidão aos autores e autoras, pareceristas e demais colaboradores (as) que participaram conosco deste número.

Diante de um cenário que prediz o agravamento das ameaças neoliberais, a via de combate sempre será o fortalecimento do pensamento crítico e das lutas sociais.

Nos resta desejar a todos e a todas uma boa leitura e resistência para enfrentarmos o ano que se inicia, afinal "[...] o mar da história é agitado. As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas" (Maiakóvski, 1987, p. 185).

## **Referências**

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação, Saúde**, Rio de Janeiro, v.11, n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

MAIAKÓVSKI, Vladimir. **Maiakóvski**: antologia poética. São Paulo: Max Limonad, 1987.

**Ana Targina Rodrigues Ferraz e Franciani Bernardes**